

Desumanização e reumanização no campo da medicina

Everaldo Tôrres Barbosa – UFRN

MARTINS, Paulo Henrique. *Contra a desumanização da medicina: crítica sociológica das práticas médicas modernas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

O autor tem como linha central de sustentação da sua tese o resgate do dom, na perspectiva da teoria da dádiva de Marcel Mauss. Indaga-se sobre a contribuição da Sociologia para as mudanças dos paradigmas médicos, nesta contemporaneidade. Para muitos profissionais formados nas faculdades de Medicina, tidas como guardiãs dos saberes canônicos da clínica moderna, não haveria relação direta entre uma e outra disciplina. Para o sociólogo, porém, tudo é matéria de interesse sociológico, desde que tenha implicação na produção material e simbólica das práticas sociais. Nessa perspectiva, compreender os rumos atuais da medicina moderna constitui um importante desafio para a “imaginação sociológica”. Afinal de contas, os preços dos medicamentos e serviços médicos, os usos e manipulações das novas tecnologias ou, então, as transformações do sofrimento e da doença em mercadorias e objetos de lucro incessante, aparecem como temas que tiram o sono diário do brasileiro. A tese central do autor é de que está em curso uma reorganização no campo da “medicina moderna” – com reflexos em níveis sociais, políticos, técnicos e institucionais diversos – pelo abandono de certas práticas médicas e pela integração de tantas outras. Mudança de paradigma? Ao menos, podem-se observar, desde há algumas décadas, fortes tensões contraditórias entre as duas principais tendências presentes no interior do campo da medicina: uma, de “desumanização/tecnicização”; outra, de “reumanização” dos modelos médicos, a partir da integração, em certa medida, de terapias alternativas. Estas se apresentam como um tema relativamente pouco explorado no

meio sociológico, observa o autor, sobretudo nas suas interações com a “medicina” moderna, tornando necessário uma série de incursões teóricas e temáticas com vistas a explorar seus diferentes matizes. Na pesquisa que o autor e sua equipe empreendem, observam, na dimensão cultural, os vínculos estreitos das terapias alternativas com os movimentos da contracultura americana e européia, surgidos no pós-Segunda Guerra Mundial, quando começam a se fazer presentes, no imaginário dos profissionais, clientes e adeptos das “medicinas paralelas”, certos temas recorrentes como gênero, corpo, emoção, libertação, vida natural, dentre outros. Identificou-se, igualmente, que o tema da religiosidade era significativo para a formação do “campo alternativo”, apontando para um sincretismo inédito, composto de diversas tradições orientais e ocidentais, mesmo que marcado fortemente pela tradição cristã. Nessa perspectiva, seguindo a trilha aberta por Marcel Mauss de que existe uma interpenetração importante entre técnica e magia, entre ritual e rotina, entre razão e emoção, o autor acredita que para a sociologia interessam tanto as inovações e reflexos sobre o social, provocados pela “biomedicina moderna” de origem cartesiana, como a manifestação de todas as outras práticas médicas e de cura, que também incidem sobre o processo de constituição do vínculo social. Para o sociólogo de inspiração maussiana, todas as práticas de cura e todos os depoimentos daqueles que se dizem terapeutas são importantes e contribuem para esclarecer as mudanças paradigmáticas em curso.

Este livro é composto de quatro capítulos:

1 – **Sociedade, dádiva e paradigmas médicos.** O capítulo contempla aspectos teórico-metodológicos para a realização de uma crítica sociológica do fenômeno social total complexo – a “medicina moderna” mundializada. Uma apreciação mais cuidadosa desse plano, focando o micros social, demonstra, por sua vez, estarem ocorrendo no seu interior questionamentos importantes nascidos de experiências negativas dos pacientes com relação a uma “medicina oficial”, que vem sendo submetida a crescente tecnificação e especialização e que, ultimamente, vem sendo contaminada por uma axiologia do interesse que sinaliza tendências privatistas na saúde e no campo médico, sustentada por um modelo anátomo-clínico, que se funda sobre o princípio da separação radical entre o médico e o paciente, da doença e do doente. A limitação desse modelo médico dominante contribui para interromper o processo interativo da cura, impedindo que o sofrimento se exprima adequadamente no plano simbólico (das palavras, dos gestos, dos rituais, dos cuidados) e que a dádiva médica possa funcionar eficazmente na circulação dos “bens de cura” (atenção, confiança, palavras, técnicas, remédios), dados pelo curador em “troca dos males” (doenças) e devolvidos pelo paciente ao primeiro. O paradigma da “dádiva/dom” propõe que a sociedade se constitui de uma regra social primeira, a obrigação de dar-receber-retribuir, e que a constituição do “vínculo social” é mais importante que a produção de “bens”, como registrou Mauss no célebre *Ensaio sobre a dádiva, de 1924*. De fato, a idéia da medicina como um fenômeno social total, ancorado inicialmente na circulação de dons entre sujeitos (troca do sofrimento por bens de cura), permite entender-se que as mudanças em curso, tanto no plano institucional como nos modelos de gestão da saúde, são precedidas por transformações nas práticas concretas de cura da doença. A partir dessas reflexões e indagações, P. H. Martins busca contextualizar o modelo de gestão da saúde e o sistema médico de cura, classificando os principais sistemas instalados, ou em instalação, levando em consideração tanto os sistemas bioorgânicos e os

sistemas biopsíquicos. O autor descreve, ainda, de forma brilhante o percurso da medicina oficial, da objetivação do corpo na lógica cartesiana, o disciplinamento progressivo das instituições médicas, a regulamentação jurídica do campo médico e a sistematização da pesquisa biomédica, fazendo surgir uma medicina social, que inspirou a organização do modelo de gestão da saúde, o da sociedade medicalizada.

2 – **Utilitarismo e desumanização da medicina.** Elaborar-se, neste capítulo, uma leitura sociológica da prática médica a partir do registro antiutilitarista, permitindo compreender as mudanças na medicina, para além dos discursos que tem como central o falso dilema da modernidade e tradição. No lado oposto ao modelo biomédico de fundo cartesiano, a lógica da dádiva, inspiradora da vertente humanista da medicina – que tinha ficado oculta na divisão técnica do trabalho na modernidade –, retorna via movimentos sociais e culturais. O retorno da dádiva estimulou o aparecimento de uma pluralidade de métodos empiristas fundados na valorização da experiência direta dos atores. Nessa perspectiva, as mudanças apontam para o surgimento de um modelo de gestão mais complexo, cujo imaginário da saúde significa, prioritariamente, o doente e não a doença, a relação entre os sujeitos (médico-doente) e não a relação entre sujeito e coisa (médico/doença). Do ponto de vista sociológico, a mera mudança de paradigmas observada dentro do campo científico constitui uma condição necessária, mas insuficiente, para que mudanças políticas mais profundas ocorram nos planos dos ensinamentos científicos, das prioridades acadêmicas e dos usos sociais dessas inovações. Fazem-se necessárias mudanças efetivas, reflete o autor, na gestão política e nos usos sociais das inovações científicas, a exemplo da atual polêmica em torno da propriedade do código genético por laboratórios privados.

3 – **Reações a favor de uma medicina humanista.** Busca-se, nesse ponto, a dimensão histórica discutindo o imaginário restritivo da “medicina

mercantil” e o mal-estar que ela produz com o seu movimento de desumanização. É observada a defasagem importante entre o discurso e a realidade do “capitalismo biotécnico”, demonstrando, na prática, sua insuficiência para responder ao novo quadro etiológico surgido com as doenças, ditas emocionais, que vicejam num contexto de crise da sociedade do trabalho, de estresse nas relações interpessoais, de insegurança das condições de vida em geral. Contudo a “medicina moderna”, capturada pelo “capital médico”, intenta conservar a sua hegemonia no campo, condicionando a validade das práticas de cura ao funcionamento de uma certa racionalidade instrumental e tendo como uma de suas estratégias o impedimento da institucionalização das outras “medicinas paralelas”. Entretanto, é observável o posicionamento em favor da valorização da experiência vivida e da reumanização das práticas médicas, no qual se situam os defensores dos novos sistemas de cura abertos à diferença e à pluralidade. A presença da dádiva na base desses modelos humanistas não permite concluir, porém, que estaríamos presenciando a emergência de um modelo médico benevolente e gratuito. O retorno da dádiva na medicina significa, sobretudo o resgate da confiabilidade do doente na capacidade/possibilidade material e mágica de que dispõe o médico para curar o doente. Essas variações das medicinas humanistas são, logo, a ponta de lança de uma reação social em larga escala, visando reformular o discurso científico da medicina mundial (e não apenas ocidental) e fundar um saber mais complexo em que haja o resgate do caráter da medicina, como instituição ao mesmo tempo técnica e mágica, objetivista e simbólica, uni e pluridisciplinar. Considerando os limites das reformas, nas áreas da saúde e da medicina, a partir dos modelos atualmente dominantes, estatista e mercantil, o autor entende que a sociedade busque recriar novos padrões que respondam mais adequadamente a alguns desafios, como aqueles do respeito à multiplicidade e às diferenças das técnicas de cura ou então da democratização do acesso aos serviços médicos.

4 – As terapias alternativas: o retorno da ambivalência. Neste capítulo, P. H. Martins procura explicar como essas novas práticas não constituem um campo à parte daquele médico oficial. As críticas de Merleau-Ponty ao método cartesiano e à sua limitação para compreender a complexidade das sensações humanas permanecem como uma referência estratégica para este debate atual entre tecnificação e humanização da medicina. Então, tem-se, de um lado, uma medicina tecnicista e utilitária e, de outro, uma “medicina humanista” e ética; diferentes no modo como operam e representam a sociedade. A primeira tende a considerar a sociedade como uma soma de indivíduos que estão em eterna competição, tendo como principal instrumento para se digladiarem a “razão pensante”. A segunda tende a focar a sociedade como um sistema de circulação de bens simbólicos e materiais no qual os indivíduos são momentos importantes no conjunto das redes e aparelhos de que fazem parte; neste ponto, o autor se inspira nos estudos de Jacques Godbout e Allain Caillé (*O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999). Nessa segunda medicina, mais humanista, as habilidades dos indivíduos para calcular racionalmente, segundo seus próprios interesses, são relativas à proporção que os atores estão até certo ponto condicionados por sistemas (língua, religião, família etc.) que os envolvem e limitam seu campo de ação. As idéias de doença e de cura seguem naturalmente os mesmos raciocínios. Ainda é de se considerar que o fato de ser a doença um fenômeno social não isenta os indivíduos com relação às suas responsabilidades sobre os riscos que conhecerem para viver e para morrer. A ênfase na dimensão sociológica serve, sobretudo, para dar visibilidade política à discussão sobre a saúde coletiva e sobre a importância da coletividade como sendo, em última instância, o agente capaz de decidir o que é melhor para os seus membros. Mas a ênfase no todo não anula a autonomia dos indivíduos para gerirem, nos limites dados pela sociedade, suas próprias decisões. Não se trata, pois, de recusar o individualismo e favorecer a visão holística, da totalidade, mas apenas

de lembrar a necessidade de situar a parte e o todo numa perspectiva dinâmica: a de circulação de bens materiais e simbólicos, enfatizados por Mauss nos *Ensaio sobre a dívida*. O novo sistema sugere que a aproximação e a interpessoalidade são critérios decisivos para responder à complexidade dos sintomas e da organização do tratamento, em particular a circulação dos dons de cura entre curador e paciente. Por isso, a compreensão dos sentidos políticos atuais desses novos “sistemas médicos de cura” pode facilitar enormemente o entendimento do que se passa nas proximidades territoriais, dentro e fora do campo oficial, levantando pistas de reflexão e pesquisas em outras direções, antes não-pensadas. Essas “medicinas não-convencionais” constituem as reações mais ofensivas da sociedade contra a ameaça de generalização da racionalidade utilitarista do “capitalismo médico”.

À guisa de conclusão, o autor sugere que a compreensão da crise vivida pela “medicina oficial” e, também, da mudança de paradigmas no “campo médico” exige uma distinção preliminar dos lugares ocupados pelo utilitarismo científico e pelo utilitarismo econômico na organização da instituição médica. O primeiro constitui um determinante inerente ao surgimento da “medicina moderna”. O segundo fez sua entrada mais recentemente, sobretudo após os anos 1980, viabilizando uma aliança oportunista da “ciência biomédica” e do capital especulativo em torno do projeto de criação de um mercado de doenças e curas. A clínica moderna justamente aparece como o meio necessário para traduzir, no domínio político, esse utilitarismo científico voltado para o controle da experiência. A explosão das “medicinas alternativas” nasce das reações contra os perigos para a sociedade dos efeitos nefastos dessa tentativa encabeçada pelo utilitarismo científico-mercantil, de abafar a natureza social da prática médica para garantir o sucesso do mercado de bens e serviços médicos. Tais disciplinas alternativas constituem um “campo médico” de outra natureza, que encontra seu cimento, não no controle exercido pela organização disciplinar (faculdades, laboratórios técnicos, corporações eco-

nômicas, associações profissionais etc.), mas na valorização de uma formação médica que se assente na experiência vivida de modo espontâneo, livre, obrigado e, também, interessado pelo futuro terapeuta. O esforço para se compreender as transformações da “medicina oficial” a partir das “medicinas alternativas” permite-nos ultrapassar certos preconceitos e resistências concernentes à possibilidade de emergência de um novo “campo médico” que priorize a reumanização dos sistemas de cura. Enfim, toda essa trama faz parte da nova medicina em gestação na contemporaneidade. É absolutamente encantadora a narrativa histórica desse processo de instalação de um novo olhar sobre a medicina. P. H. Martins se vestiu de bravuras e ousadias, para adentrar numa arena tão bem marcada pelos barões estruturalistas dos modelos aqui elencados e que destituem o indivíduo-doente do seu direito de ser ativo, de poder vivenciar a sua dor e o seu desencanto. Porém, face à instalação natural do lado perverso do utilitarismo médico e econômico, as guerras fazem surgir à possibilidade das incertezas, pois a guerra é destrutiva, assim como os utilitarismos. Ter podido me aventurar nessa gostosa e delicada atenção, deu-me ânimos e possibilidades de respirações profundas, por poder acompanhar luzes no final do túnel. O processo do aprendizado numa linguagem da transdisciplinaridade aponta para a rede das organizações sociais.

Vidas desperdiçadas

João Batista de Menezes Bittencourt – UFRN

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 176 p.

Para onde mandar os indivíduos que não possuem mais nenhuma utilidade e que, por sua vez, não podem mais ser incorporados a nenhum sistema produtivo? É essa a pergunta que orienta toda a discussão do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, em sua obra recém-publicada *Vidas desperdiçadas* (2005). O autor nos brinda com uma instigante reflexão acerca de uma problemática bastante contundente dos últimos tempos: os problemas ocasionados pela produção e remoção do “refúgio humano”. O mundo está cheio, afirma Bauman, e não se trata de uma constatação física e/ou geográfica, mas sim de uma preocupação política e social. Existem enormes extensões de terra, e muitas delas, até mesmo habitadas por um número ínfimo de pessoas, o que não existe é espaço social para os chamados “párias da modernidade”, os inadaptados, os expulsos, os marginalizados, enfim, o lixo humano que foi produzido pela sociedade do consumo. O grande problema dos Estados, em nossos dias, é pensar alternativas de remoção desse refúgio humano que insiste em tornar a paisagem desagradável, contaminando-a com seu aspecto desconcertante.

No primeiro capítulo, denominado *No começo era o projeto*, o autor discute a idéia de que a produção do refúgio humano está intrinsecamente ligada à construção de uma ordem universal. A modernidade foi construída sob a idéia de que uma “boa sociedade” seria aquela que disponibilizaria emprego para todos; nesse sentido, os “redundantes”, desse período, seriam o exército de reserva que estaria esperando por sua chance na fila de espera dos desempregados. Os redundantes de hoje, não têm esperança de serem chamados de volta ao serviço ativo, vão di-

reto para o depósito de dejetos humanos. É nessa perspectiva que Bauman distingue a sociedade dos produtores da sociedade dos consumidores. Durante todo o século XIX, a imagem mais recorrente, foi a do “produtor potencial”, aquele indivíduo que, para ser aceito como tal, bastaria preencher os requisitos propostos pela companhia dos produtores. A idéia do “eterno retorno” que se sustentava devido à formação de fortes unidades de reserva, foi minada, segundo o autor, pelo advento da sociedade do consumo. Para ser admitido na companhia dos consumidores, não basta reivindicar o status de consumidor para si, e concomitantemente não existe exército de reserva para os consumidores falhos; a única certeza que os mesmos possuem é que, excluídos do único jogo disponível, não serão mais jogadores: “Os desempregados da sociedade de produtores (incluindo aqueles temporariamente afastados da linha de produção) podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável” (p. 22).

As preocupações com a redundância, atualmente, diferem dos problemas vivenciados e registrados pelas gerações anteriores. Apoiando-se no estudo de Mary Douglas¹ sobre os rituais de poluição em vários povos e culturas, onde a autora considera que os conceitos de pureza e sujeira fazem parte de um “todo maior”, Bauman reafirma a tese de que a idéia de eliminação não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente. Para criarmos o novo faz-se necessário alterarmos algo que já existe, o novo não pode nascer a não ser que

1 DOUGLAS, M. *Pureza a perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

algo seja transformado. Em situação ambivalente, o mesmo lixo que tende a ser repudiado, se torna indispensável ao processo criativo: “o lixo é sublime; uma mistura singular de atração e repulsa que produz um composto também singular, de terror e medo” (p. 32).

Outro elemento indicado pelo autor como aliado e cúmplice do lixo é o excesso, o qual é exemplificado através do enorme conteúdo informacional proveniente da internet e que passamos a dispor a partir de uma pequena consulta a um site de busca. Como a informação se tornou o bem mais precioso dos últimos tempos e o excesso da mesma é grande demais para ser despejado nos cérebros humanos, fez-se necessário a criação de um depósito de refugio da informação, e isso só foi possível graças à tecnologia computacional. A produção de lixo informacional, tal como toda a atividade produtora de refugio, tem o poder de autopropulsão, ou seja, os esforços para remover o lixo produzem mais lixo. A propósito, Bauman, em 29 de Novembro de 2002, fez uma busca na internet para encontrar páginas na *web* que se referiam à noção de “refugio” e constatou um grande número de sites tratando do tema do lixo, isso em comparação com os grandes temas discutidos atualmente na agenda pública, entre os quais: desemprego, terrorismo, fome, racismo e pobreza. Apesar de aparecer nas manchetes com certa relevância, o tema do lixo tornou-se uma das maiores preocupações contemporâneas, e isso num plano global. Já que ele figura entre os temas mais discutidos dos últimos tempos, por que sempre o relegamos a um segundo plano? Para Bauman, a “história em que e com que crescemos, não tem interesse no lixo, e o que nos interessa é o produto e não o refugio”. Dois tipos de caminhões deixam todos os dias o pátio da fábrica, um com destino as lojas de mercadorias e departamentos e outro para os depósitos de lixos, mas a nossa história indica que devemos valorizar apenas o primeiro. Somente passamos a observar o lixo do segundo, quando seu excesso se torna uma ameaça concreta. Da mesma forma, só passamos a enxergar os “dejetos humanos” quando

eles aparecem à nossa porta devido à falha de nosso sistema de defesa. Até isso acontecer, nós os tratamos com indiferença, o que lhes assegura o status de “problema angustiante mais guardado nos nossos dias”.

No segundo capítulo *Serão eles demasiados?*, a obra contém a análise focada naquele que seria o refugio do progresso econômico. O capítulo inicia-se com uma discussão acerca da idéia de “superpopulação” e de como ela afetaria o progresso da sociedade. A visão de que o crescimento populacional colocaria em risco nossa existência por falta de alimentos suficientes se opunha àquilo que o sonho da modernidade prometia, pois numa sociedade de produtores, o crescimento populacional, seria aquilo que garantiria a cura para a escassez através da força de trabalho: “a terapia para o excesso de população era mais população”. A questão é que não pode haver um número demasiado de “nós”. Como, em nossos dias atuais, é o excesso “deles” que nos preocupa, tentamos correr atrás de estratégias discretas que possam garantir a extirpação desse mal que tanto nos aflige. O exemplo de Botsuana, em que empresas farmacêuticas não mostraram empenho para fornecer a um preço acessível remédios para combater a epidemia de AIDS que se abateu por toda a região, fazendo com que a expectativa de vida local caísse de 70 para 36 anos, é um dado importante para analisarmos o grau de “racionalidade” empregado nessas estratégias discretas.

É importante, neste ponto, destacar a discussão sobre o “medo do outro”. Medo esse que perpassa toda nossa existência. O que existiria nos seres humanos que tanto nos amedronta? O sociólogo inicia a reflexão situando-nos na descrição do “medo cósmico”, a partir das idéias do filósofo russo Mikhail Bakhtin. Esse medo consistiria na “emoção humana, demasiadamente humana”, desencadeada pela magnificência imaterial e desumana do universo. Diante do poder extraordinário do universo, vemo-nos como criaturas vulneráveis e assustadas. “O medo cósmico é também o horror do desconhecido, o terror da incerteza” (p. 61). Vulnerabilidade e incerteza

são as duas qualidades da condição humana a partir das quais se molda o “medo oficial”, o medo do poder humano, do poder criado e manipulado pelo homem. Bauman trabalha esses argumentos de um ponto de vista filosófico para entendermos que a incerteza e insegurança (ontológicas) são provocadas pelo medo do desconhecido, o “estranho” produz nos seres humanos sensações desestabilizadoras. Para o autor, as imagens folclóricas de demônios que, no passado, eram usadas para incutir os difusos temores sobre segurança foram transformadas em perigo e risco. Não é à toa que os imigrantes e os recém-chegados são vistos com desconfiança, um prato cheio para o Estado, um “outro” desviante ideal.

No terceiro capítulo, *A cada refugio seu depósito de lixo*, o sociólogo apresenta as estratégias modernas de controle das massas desordenadas que brotam nos arredores da cidade. Os presídios se configuram como os principais depósitos de dejetos humanos da contemporaneidade. Os redundantes constituem um alvo fácil para a descarga de ansiedades provocadas pelos temores generalizados. “Os poderes do estado não podem fazer nada para aplacarem a incerteza, muito menos eliminá-la” (p. 84). O máximo que o Estado pode fazer é mudar seu foco para objetos alcançáveis, e os produtos rejeitados pela globalização se encaixam perfeitamente nesse papel. “Procuramos em vão por outros escoadores mais adequados, os temores e ansiedades se despejam sobre alvos à mão e reemergem como o medo e a raiva populares dirigidos aos estranhos que vivem nas redondezas” (p. 85).

Assistimos à passagem de um modelo de comunidade incluyente do “Estado social” para um Estado excluyente “penal”, voltado para o controle do crime. Os infratores, cada vez mais, deixam de ser reconhecidos como cidadãos destituídos em busca de apoio, e são mostrados, em vez disso, como indivíduos censuráveis, imprestáveis e demasiado perigosos. As fronteiras, por sua vez, permitem a saída, buscam se proteger contra o ingresso indesejável de unidades provenientes do outro lado. Bauman indica que um dos principais resultados da modernidade

(talvez o mais fatal) é a “crise aguda de remoção do lixo humano”. A modernidade tende a morrer sufocada, em meio a dejetos criados por ela mesma. O volume superou a capacidade de controle. O planeta está cheio e não há “terras vazias” para servir de depósito de lixo. Agora, busca-se desesperadamente resolver os problemas globais de maneira local, “os depósitos de lixo devem ser estabelecidos dentro da localidade que as tornou supérfluas”; é dessa maneira que surgem os *hiperguetos*². Os guetos podem ser voluntários ou involuntários. Os guetos tradicionais, apesar de terem sido enclaves cercados por barreiras (físicas e sociais), não eram depósito de lixo para a população excedente. O novo gueto, nas palavras de Wacquant, citado por Bauman, “não serve de mão de obra industrial descartável, mas de depósito de lixo”. De amortecedor coletivo a mecanismo puro e simples de exclusão social. As prisões, que antes possuíam a tarefa de reciclagem, se tornaram também depósitos de lixo. Reciclar não é mais lucrativo, então é preciso acelerar a “biodegradação”. Os medos contemporâneos, além de provocar sensações desestabilizadoras, também dissolvem a confiança, que segundo o autor é o sustentáculo da vida humana. “Sem confiança a rede de compromissos humanos se desfaz, tornando o mundo um lugar ainda mais perigoso e assustador” (p.115).

No último capítulo intitulado “A cultura do lixo”, Bauman nos mostra que na história confusa da produção e remoção do refugio humano, a visão de “eternidade” tem ocupado um papel crucial. “Na infinitude tudo é reciclado sem parar, como na idéia hindu de eterno retorno e encarnação” (p. 118). A idéia de redundância não está presente no plano da infinitude, a infinitude, por sua vez, liga-se à idéia de Deus e da Divina cadeia do ser, sendo que aí nada pode ser redundante. “Se a vida pré-moderna era

2 Conceito utilizado pelo sociólogo francês Loic Wacquant para definir os espaços produzidos por políticas extremas de “guetização”, espaços esses que acabam por perderem os poucos aspectos positivos do gueto, em particular, a capacidade de produzir e de sustentar, mesmo com dificuldade, uma rede modesta de instituições comunitárias que atendam às necessidades básicas de seus residentes.

uma recitação diária da duração infinita de todas as coisas, com exceção da existência mortal, a vida líquido-moderna é uma recitação diária da transitoriedade universal” (p. 120).

Nessa ótica, a redundância seria uma invenção contemporânea, produto do excesso, característica marcante da modernidade. Ao convite para uma discussão sobre “cultura e eternidade”, o autor indica que nós, seres humanos, sabemos que somos mortais, destinados a morrer; e, conviver com essa possibilidade nos causa uma forte inquietação. Se não fosse pela cultura, essa convivência seria impossível, é ela que consegue transformar o horror da morte numa passagem para outra vida, a qual é marcada pela eternidade. Quando o medo da morte sai de cena, aparece o medo da vida, que, por sua vez, faz com que tenhamos uma abordagem calculista da vida. Não existe uma população humana que não tenha a eternidade como algo evidente. A eternidade, tal como foi pensada nas sociedades pré-modernas, não se sustenta mais na sociedade líquido-moderna. A espera e o atraso se transformaram em estigmas de inferioridade. Vivemos, segundo Bauman, na era do curto-razismo. “Esperar é uma vergonha, e a vergonha de esperar recai sobre aquele que espera” (p. 135). E, conclui: “Vivemos na era do desengajamento, da desconfiança, do esquecimento”. A viagem é mais desejada que a chegada, não é à toa que beleza e felicidade são os ideais mais almejados da modernidade, porém ninguém nunca será belo e feliz, por completo. Não importa se o objetivo será alcançado, persistir na sua busca já é suficiente, é esse percurso que dá sentido à nossa existência.

Em *Vidas desperdiçadas*, Zygmunt Bauman nos convida a uma reflexão apurada do caminho trágico a ser trilhado por indivíduos em diversas partes do mundo, caminho esse que nos conduz a uma exclusão forçada e que é, ao mesmo tempo, inerente ao convívio social. Astúcia reflexiva e sensibilidade aguçada fazem dessa obra um item indispensável para aqueles que se preocupam com o destino da humanidade.

Vida a beira do abismo: juventude, drogas e invisibilidade

Ana Tereza Lemos-Nelson – UFRN/UFPE

ATHAÍDE, Celso; MV Bill; SOARES, Luiz Eduardo. *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

O livro não “faz gênero”, embora possa estar inaugurando um, então não é preciso começar essa resenha pelo contexto literário ou setorzinho acadêmico em que se confinaria. Mas talvez essa afirmação não esteja tão correta, visto que chega perto, com as distâncias históricas e culturais, dos textos do movimento dos direitos civis americanos, escritos por seus poetas ou militantes¹, essa mistura ansiosa e impertinente de exposição do óbvio que ninguém queria ver, com as palavras que ninguém ousava dizer, quebrando a cumplicidade do pacto do silêncio classe média, rasgando nosso peito para deixar sair a emoção contida, o tremor de tsunami que sentimos sob nossos pés quando caminhamos em qualquer aparente calma pensando no nosso futuro como povo. O empreendimento comum de um rapper de voz nacional, de um produtor cultural que sempre abriu caminhos no aparente impossível, e do cientista social, poeta cotidiano, que entra e sai em fardas políticas como antropólogo fascinado pela pesquisa-ação não só nos leva à *Cabeça de porco*, mas às suas entranhas doloridas. um texto sobre o movimento, em movimento, no movimento político.

Os meninos invisíveis que falam no livro são as vítimas passadas, presentes e futuras, presas nas intrincadas redes de todas nossas equivocadíssimas escolhas passadas e presentes sobre política de drogas, direitos de cidadania, prerrogativas policiais, políticas sociais e culturais que formam uma trama tão

densa que nos garante o egoísmo, cegos óculos de filtro solar para não ver na luz, que funciona como muro de tão grosso, e os torna, do outro lado, meninos invisíveis, em suas lutas sangrentas nos guetos de todo país, nas cordas bambas entre o ser e o não-ser. Invisível é aquele que não tem a chance de ver o reconhecimento nos olhos dos outros. Até antes de *Cabeça de porco* era possível dizer que a gente não sabia, passavam por nós, mas não eram do nosso mundo. O livro mostra que somos todos responsáveis.

Ficam invisíveis também porque morrem tão mais rápido entre os 15 e 24 anos que já se abrem rombos nos mapas estatísticos. E quando se lhes dá a oportunidade de voz, essa invisibilidade vai sendo preenchida com carne, ossos, corações, famílias, desejos, tão como os nossos, leitores de jornais, e trajetórias de profundas privações e escolhas difíceis e quase sempre fatais, que não teríamos a menor idéia de como resolver sem pelo menos uma ida ao psicanalista. Perto de nós, os invisíveis se agigantam na luta constante por re-humanização, mas a arma, que apontam como instrumento para exigir visibilidade, um dia os mata.

Embora se imagine que o tema central seja o mundo das drogas, já que a pesquisa de campo foi feita ao risco da própria pele dos três pesquisadores nos buracos quentes de grandes cidades de Norte a Sul, o desafio é a pergunta grande demais para a resposta: é possível uma vida em comum, é possível resgatar uma sociedade e um Estado de seus farrapos? É possível nos resgatar, em conjunto, de nossas mentiras e omissões assassinas? Temos coragem de

¹ Luiz Eduardo resgata com versatilidade o conceito de “Homem Invisível”, de Ralph Ellison, homenageando o clássico do movimento dos direitos civis.

interromper o carnaval e despír a máscara cordial do nosso racismo que discrimina, separa, culpabiliza, invisibiliza e finalmente mata com a frieza das normas culturais politizadas e naturalizadas? Atenção: não mata apenas pessoas negras: mata identidades, canibaliza a solidariedade, impossibilita as normas compartilhadas de ordenação pacífica da sociedade, fratura o que se poderia chamar de Bem coletivo, impossibilita completamente qualquer noção de segurança pública, porque nada é público, nem é de todos, nem é transparente, nem pressupõe cidadãos e cidadãs conscientes discutindo com franqueza as alternativas, estendendo as mãos, os corações e as mentes, se apropriando daquele poder que Hannah Arendt sempre via como oposto ao poder armado: o poder de ação política. Quanto mais o poder é armado, e quanto mais montado em tabus, não há possibilidade de mudança pela via da política. Que poderosa dupla de tabus: política de drogas e racismo! Que intrincada dupla de ideologias para nos manter com os olhos ofuscados, tanta gente invisível, tanto sofrimento reproduzido *ad infinitum*.

Para os autores de *Cabeça de porco* é hora de tirar a idéia de paz do quadrinho na parede e trazê-la para o espaço público, antes que ela vire ex-voto de cera. Falamos de paz positiva, de uma vida com justiça social, econômica e cultural, de vida desfrutada em comum. Mas para se desencadear uma transformação, é preciso primeiro conhecer o que queremos mudar. Isso, para Luiz Eduardo, transforma o livro numa ponte de sentido entre o real e a ação sobre ele. Por isso se despe da linguagem acadêmica, enfrenta a questão da raça na raça, e das drogas no barato natural, na energia intelectual dos que não passaram pela lavagem cerebral das novelas das oito. Mas, avisam os autores: a pergunta é maior que a resposta: e se esse mundo brasileiro não der certo? (Sempre achamos que daria, apesar da beira do abismo). A esperança é um compromisso ético, escudo contra a omissão.

Temos que começar reconhecendo como um todo nosso universo fracionado, a invisibilidade como uma disputa por espaço legítimo, por reco-

hecimento nos olhos dos outros. Mas enquanto uns lutam para não serem reconhecidos como portadores de carteira num ônibus apertado, outros lutam por reconhecimento como seres dignos de direitos, respeito, e futuro. A qualidade necessária, a virtude mais primária nesse difícil processo, não é a simpatia – sentir com – mas sim sendo diferente, se permitir se colocar no lugar do outro, e sentir o que ele sente. Será que daríamos outra chance a nós mesmos? Os estudiosos da paz não encontraram essa empatia necessária nos principais países que passaram por limpeza étnica, onde o processo de reconciliação encontra a barreira dos ódios subterrâneos. Parece com nosso modelo de invisibilidade. Mas temos uma vantagem: cada um pode começar por si mesmo, não é preciso ficar esperando a mudança para mudar. Basta se desarmar interiormente para ver, se reverter e reagir. É nesse diferencial positivo que *Cabeça de porco* aposta.

Expansão e descontrole da segurança privada no Brasil

Cristiane do Socorro Loureiro Lima – UFRN

CUBAS, Viviane de Oliveira. *Segurança privada a exploração dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. 176 p.

Viviane de Oliveira Cubas é uma jovem e brilhante pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), que vem oportunamente nos brindar com seu estudo sobre a segurança privada na cidade de São Paulo. Originariamente foi escrito como dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, orientada pelo Prof. Dr. Sergio Adorno.

Segundo Cubas, a segurança privada surge como algo que possibilita a manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e de descrédito da população perante as instituições encarregadas de manter a ordem e controlar os conflitos. Diante disso ela aborda no seu trabalho, o serviço de vigilância oferecido por empresas da cidade de SP, nos anos 90, a sua rápida expansão no mercado e a aceitação deste serviço por parte da população.

O primeiro capítulo, *O público e o privado e na tradição social brasileira*, Cubas apresenta como a sociedade brasileira trabalha com as noções de público e privado, mostrando que o entendimento da fluida divisão que entre esses dois mundos é fundamental para compreensão do processo de expansão dos serviços de segurança privada.

Primeiramente, buscou uma teoria para a formação do Estado Moderno, onde deu ênfase ao trabalho de Norbert Elias. Em seguida, o enfoque foi dado aos autores que trabalham com diferentes abordagens sobre a colonização do Brasil e a formação do Estado brasileiro, suas características, o uso

dos poderes locais e, a ausência do poder público e, sobretudo, a fraca definição das fronteiras entre a esfera do público e a esfera do privado, justamente no tocante à segurança pública, para isso recorreu as análise de Oliveira Vianna (1973), Gilberto Freyre (1977), Roberto DaMatta (1991), Wanderley Guilherme dos Santos (1992), Boaventura de Sousa Santos (1998), entre outros.

Considerando o que já foi produzido pelos diversos autores, fica claro que a sociedade brasileira é profundamente marcada por relações orientadas por interesses particulares em detrimento de interesses coletivos. Com a sociedade brasileira ainda preservando suas características particularistas, a atual expansão das empresas de segurança privada pode representar uma radicalização de uma característica tradicional dessa sociedade no tocante à questão da segurança pública.

Considerando que a violência é um fenômeno que toca no cerne da cidadania, pois incide no direito à integridade física das pessoas, a credibilidade e a legitimidade do Estado, como provedor dessa integridade, ficam abaladas num contexto de iniciativas particulares para a resolução do crescente aumento da violência.

O segundo capítulo, *Segurança privada e política de segurança pública em São Paulo*, relata os estudos realizados sobre segurança pública, as políticas públicas existentes e as formas de *accountability* das forças públicas e dos efetivos de segurança privada em outros países.

Cubas relata experiências descritas em três textos. Um deles, publicado pela Policing and Society, em 1995, aborda o enfoque dado às pesquisas sobre segurança privada. Outro descreve os resultados de obtidos a partir da realização, pela Fundação Canadense para as Américas (Focal), de um *workshop* sobre a privatização da segurança na América Latina, mostrando as experiências da Argentina, Honduras e México. A discussão envolveu oficiais dos governos, juízes, especialistas sobre a polícia, acadêmicos, representantes de movimentos de direitos humanos e organizações policiais. Também o texto preparado pelo “Vera Institute of Justice”, publicado em agosto de 2000, discute a questão do *accountability* no caso da segurança privada e, para isso, conta com os exemplos de três experiências desenvolvidas em Nova York, Joanesburgo e Cidade do México.

Após o relato das três experiências apresentadas no *workshop* (Argentina, Honduras e México), a autora chega à conclusão de que a privatização da segurança nas Américas é um sintoma de segurança pública frente ao crescimento da criminalidade. É um importante fator da perda da capacidade das instituições do Estado em cumprirem a sua principal obrigação da segurança individual e coletiva de seus cidadãos. A privatização da segurança também vem abalando a governabilidade e as instituições democráticas na América Latina e Caribe, pois as estruturas de *accountability* são insuficientes ou não existentes para as forças de segurança privada. A segurança privada ameaça democracia também porque introduz métodos de mercado para a justiça e serviços policiais, o criando duas camadas de cidadania, aqueles que podem e aqueles que não podem pagar pela segurança. E, por último, há várias causas para o fenômeno, como a falta de recursos do Estado, falta de competência, tráfico de armas, criminalidade, entre outras.

O relatório *The public accountability of private police* do Vera Institute of Justice apresenta três experiências distintas da aplicação da segurança privada e suas respectivas formas de *accountability* e afirma que a privatização da segurança é algo irreversí-

vel e sugerindo que a privatização de alguns serviços pode ajudar a polícia pública a centrar esforços nas atividades que requerem maior conhecimento e treinamento. Um ponto fundamental de reflexão e preocupação encontrado nessas experiências é que as polícias privadas estão desempenhando papéis quase idênticos aos da polícia pública.

No terceiro capítulo, *O processo de expansão das empresas de segurança privada em São Paulo*, há um enfoque histórico das empresas de segurança, sobre seu surgimento e desenvolvimento, as conseqüências da sua expansão, inclusive uma discussão sobre serviços clandestinos. Destaca-se o fato que grande parte dos recursos humanos que exercem ou organizam as empresas de segurança privada são oriundos ou ainda pertencem aos quadros da segurança pública.

Neste capítulo, Cubas enfatiza que a legitimidade de um governo está intrinsecamente relacionada à sua capacidade em manter a ordem e que essa capacidade e autorização para o uso da força física na manutenção dessa ordem emana dos cidadãos, tornando-se fundamental que estes mesmos cidadãos possam ter controle sobre a maneira como esse poder é exercido, mas essa é uma questão que não está presente nas discussões acerca da expansão da segurança privada.

Por fim, o quarto capítulo, *Estrutura e funcionamento das empresas de segurança privada: seleção, recrutamento e treinamento dos profissionais em segurança privada*, aborda os processos de seleção e treinamento dos profissionais do setor de suas formas de *accountability*.

Cubas situa que conforme estabelece a Lei 7.102, cabe a Polícia Federal todo o controle sobre as empresas de segurança privada do país, mas explicita neste capítulo o quanto este controle ainda é insipiente. E seguindo uma lógica de mercado, para os empresários deste ramo, o controle mais importante é o exercido pelos próprios clientes da empresa e pela propaganda que a mídia faz sobre os seus serviços.

A necessidade de um controle externo sobre as polícias privadas é uma relevante preocupação

da autora e espera-se que num país democrático, o debate sobre a segurança não se limite à lógica de mercado, da simples relação compra e venda de serviços, e ser torne uma discussão realmente de domínio público.

Cubas termina o livro, destacando que apesar das sociedades de democracia tradicional e consolidada enfrentarem os desafios de controlar os serviços de segurança privada, esse problema é muito maior no caso de sociedades como a brasileira, onde há persistência de graves violações de Direitos Humanos e o não respeito aos direitos civis. A oferta de serviços privados de segurança pode não representar um problema em sociedades em que esse serviço funciona como um complemento à atividade de segurança pública e onde o Estado tem um forte controle no funcionamento e fiscalização das empresas. Numa sociedade extremamente desigual, na qual o poder público não consegue garantir a segurança pública de sua população, esses serviços funcionam como um substituto à segurança pública, como uma opção para os que podem pagar por sua segurança.

A leitura deste livro abre o debate sobre a expansão dos serviços de segurança privada, fomenta o debate público dos caminhos de enfrentamento da violência e apresenta os riscos que o descontrole da segurança privada agrava o quadro de insegurança e desproteção da sociedade brasileira. Esse livro constitui-se uma leitura essencial para todos preocupados e interessados nos caminhos da política de segurança brasileira, assim como seus reflexos e interligações com a cidadania e a democracia brasileira.